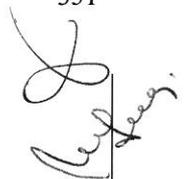


Ata n.º 25/2021



Reunião de Câmara realizada no dia 15 de novembro de 2021

Aos quinze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões da Câmara Municipal, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, e dos Senhores Vereadores, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ana Paula Dias Neves Sançana, Alcindo José Gonçalves Quaresma, João António Martins dos Santos e Ricardo Emanuel Soares Fernandes. -----

Às quinze horas e treze minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu início aos trabalhos. -----

1 - Período antes da Ordem do Dia -----

A **Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** tomou a palavra perguntando ao **Senhor Presidente** se já existe uma data prevista para o início das obras da empreitada de modernização da Escola Secundária da Lousã, bem como a existência de um cronograma e qual a previsão de tempo de execução, uma vez que o contrato foi assinado recentemente. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** interveio começando por relevar a atitude do **Senhor Presidente de Câmara** em revogar a decisão que tinha tomado relativamente à proposta que apresentou aos Vereadores do PSD disponibilizando uma sala, no edifício da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, continuando, assim, a desempenharem as suas funções no gabinete que detinha até esta data. Agradeceu, ainda, a prontidão na colocação do equipamento informático que já foi utilizado, a fim de prepararem alguns assuntos concernentes a esta reunião. Seguidamente, deixou nota de que os Vereadores do PSD gostariam de ter sido convidados a participar no Magusto de convívio de S. Martinho que teve lugar no passado dia onze do corrente, no Centro Logístico, com os trabalhadores

da Câmara Municipal e frisou que, para o próximo ano, agradeciam ser incluídos neste evento. Deu nota de que se apercebeu que foram retomadas as obras do cineteatro da Lousã. Por último, referiu-se à estrada da Serra de acesso ao Trevim, assunto por si abordado anteriormente, dizendo que se encontra danificada devido aos cortes e aos madeireiros que lá andaram a extrair madeira. Pretendia saber se há evolução sobre este processo e, relativamente ao corte de árvores mais recente, em que a Lousã foi alvo de várias notícias difundidas pela comunicação social, e onde, na sua perspetiva, a Serra ficou bastante prejudicada sob o ponto de vista paisagístico e do ecossistema, perguntou se foram tomadas, pela Câmara Municipal, algumas diligências. Acrescentou que o madeireiro informou que já tinha dado conhecimento deste procedimento à autarquia, há alguns meses atrás, e que não foi alvo de nenhuma sanção, até ao momento, assim sendo, e perante este cenário, solicitou mais esclarecimentos sobre este processo, nomeadamente, o que foi feito, exatamente, até ao momento e o que é que está a ser ponderado executar. -----

O Senhor Vereador João Santos usou da palavra para informar o Executivo na área do Desporto, dos excelentes resultados obtidos pelos atletas do concelho. Deu nota que para além do Voto de Reconhecimento em apreciação e votação num ponto incluído nesta ordem de trabalhos, mais à frente, houve outro campeão nacional, nesta modalidade, no passado fim-de-semana. Informou que virão outros votos de reconhecimento em próxima reunião para apreciação e votação, todavia, não queria deixar de afirmar que foi um fim-de-semana muito positivo, com bons resultados na modalidade de natação, com vários campeonatos regionais, boas prestações no badminton e deu, ainda, nota de um evento de demonstração de patinagem de velocidade que aconteceu no fim-de-semana anterior a este, na Praça Sá Carneiro. Este evento contou com a vinda de uma escola e um atleta, da Marinha Grande, que poderá vir a integrar um ciclo olímpico. Concluiu afirmando que foi um momento feliz de promoção desta modalidade. -----

A Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira usou da palavra para realçar o Dia do Diploma, onde a Câmara Municipal esteve presente na entrega do diploma aos alunos que terminaram a escolaridade, congratulando-se com os resultados obtidos por todos os alunos e a desejar que os diferentes projetos de vida que têm

agora pela frente, quer seja na universidade, quer seja na especialização do mundo do trabalho, seja uma vida profícua e feliz. Disse que, nesse dia, foi possível dar a informação da adjudicação do projeto da Escola Secundária. Por último, referiu o Mercado de Outono que vai ter lugar no próximo fim-de-semana, durante os dias de sábado e domingo, com produtores e vendas de mel, frutos e enchidos, ou seja, produtos da época, assinalando desta forma a data ligada aos produtos locais, endógenos e de outono, em virtude de, ainda, não ser possível fazer a habitual Feira do Mel e da Castanha. Aproveitando o momento, divulgou o programa pelos colegas do Executivo, a fim de todos poderem seguir informando que este evento será acompanhado de animação itinerante e fixa durante estes dois dias. -----

O Senhor Vereador Ricardo Fernandes pediu a palavra a fim de responder a algumas das questões levantadas pelo **Senhor Vereador Victor Carvalho**. Relativamente às notícias que vieram a público, frisou que a estrada das Hortas está limitada à circulação de trânsito de pesados. Nesse contexto, qualquer operador florestal que circule com veículos pesados, se o quiser fazer legalmente, tem que solicitar à Câmara Municipal o trânsito e passagem. Realçou que apenas têm de solicitar a circulação, sem a indicação da entidade a quem se destina o referido corte. Apesar do pedido não ter passado por si próprio, disse ter conhecimento de que não foi dada autorização de passagem àqueles operadores. Sublinhou que a Câmara Municipal foi a primeira entidade que há cerca de um mês deu conhecimento da ocorrência que estava a decorrer na Serra. Todo o modo entende que, no entretanto, tenha surgido alguma indignação porque o que está em causa é o património natural que todos tendem a preservar. Adiantou que no uso das competências da Câmara Municipal, estão em curso diligências para dar por finalizado este processo. Recordou que conforme já referiu na passada reunião do Executivo, deu conhecimento de que foi feita a denúncia às entidades competentes nesta matéria e que a GNR levantou autos, relativamente à informação do Instituto da Conservação da Natureza e Floresta, adiante designado por ICNF, referiu que há um auto de notícia em relação à exposição da Câmara Municipal, relativa à abertura ilegal de caminhos florestais numa área de rede natura. Em relação às afirmações do madeireiro, disse que este terá que responder por si, em virtude da autarquia ter apurado apenas as informações das entidades competentes

intervenientes neste assunto. Em relação à questão da estrada do Trevim, deu nota que é outro tipo de situação. Disse que se trata de um corte ligado ao ICNF que já tem o reporte do que aconteceu, mas, tanto quanto tem conhecimento, continuam a decorrer cortes naquela zona, dentro do plano de gestão e dos trabalhos desenvolvidos pelo ICNF e tem conhecimento que estão a decorrer prejuízos na via pública que serão imputados ao madeireiro ou ao ICNF. -----

O Senhor Presidente tomou a palavra começando por reiterar que as operações não são licenciadas pela autarquia e o requerimento do prestador de serviços endereçado à Câmara Municipal, só diz respeito à circulação, não tem nada a ver com as operações de desbaste. Quanto à circulação, esclareceu que houve, efetivamente, um requerimento que não mereceu deferimento. Todas as circulações indevidas que têm ocorrido, a Câmara Municipal tem registado e encaminhado para a GNR que levantará os autos de contraordenação respeitantes a este tipo de infrações. No caso da estrada do Trevim, referiu que os prejuízos terão que ser imputados a quem os provocou ou à entidade que, de alguma forma, intervém no licenciamento da operação. Relativamente às notícias divulgadas pela imprensa disse que o ICNF prestou os esclarecimentos tidos por convenientes. Sobre o cineteatro, informou que há evolução de trabalho e consolidação da estrutura de base, embora estas obras não estejam a andar na velocidade desejada e adequada, contudo, neste momento, o ponto mais importante é a colocação da cobertura que, segundo a informação que dispõe, já está em produção. Sobre a Escola Secundária da Lousã, informou que o contrato entre a Câmara Municipal e a empresa que ficou classificada em primeiro lugar foi assinado no passado dia três do corrente mês. Seguem-se os procedimentos administrativos, que têm como primeiro passo a submissão ao Tribunal de Contas para a emissão de Visto e, só após essa validação é que se pode proceder à assinatura de consignação e, a partir deste momento, começa a contar o prazo da obra. Fez uma referência ao evento do Mercado de Outono para o qual foi endereçado o convite e todo o programa ao Executivo. Afirmou que atendendo às circunstâncias que se vivem, este é o modelo mais adaptado e adequado ao momento, mas com a expectativa de voltar à original - Feira do Mel e da Castanha, evento reconhecido a nível nacional. Informou o Executivo que hoje decorreu um momento importante para o desenvolvimento da

implementação do Sistema de Mobilidade do Mondego MetroBus, solução de mobilidade encontrada para a região, que foi a assinatura da consignação da empreitada entre o Alto de S. João e a Portagem, em Coimbra. Afirmou, citando: “*é um sinal de reforçada confiança na execução e na concretização do projeto. É um dia feliz e que deve ser assinalado e que revela que há um trabalho que tem sido bem feito e há compromisso a vários níveis, desde logo, político, para a concretização deste importante objetivo para a região e em particular para o Concelho da Lousã.*” Mencionou ainda, que as propostas das empresas concorrentes para as outras duas empreitadas, a que diz respeito à ligação a Coimbra – B e à designada linha do Hospital, já estão em apreciação e existem todas as condições para se cumprir o calendário e fazer-se a consignação dessas obras no primeiro trimestre do próximo ano, concretamente no que diz respeito ao processo infraestrutural e dos autocarros. Informou, também, que a Câmara Municipal continua a acompanhar o processo da Unidade de Saúde Familiar Trevim Sol, onde estão envolvidas as entidades Agrupamento dos Centros de Saúde, ACES e Administração Regional de Saúde, ARS na expectativa de que, em breve, esteja concretizada a estabilização e melhoria de serviços de saúde no concelho. Ainda no domínio da saúde, deu conhecimento de que a Câmara Municipal continua a prestar apoio ao funcionamento de vacinação no Parque de Exposições, quer na cedência de instalações, quer com outros apoios logísticos ao nível da vacinação da Covid-19 e da vacinação contra a gripe. -----

Informou que o **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** iria suspender a sua presença na reunião em virtude de ter compromissos de representação do Município. -----

O **Senhor Vereador Alcindo Quaresma** interpelou o **Senhor Presidente** ainda a propósito da assinatura de consignação da empreitada SMM, para questionar a razão pela qual é que o troço do Alto de S. João – Portagem, ficou fora da globalidade do projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego, uma vez que estava no mesmo traçado da linha. -----

O **Senhor Presidente** esclareceu que tem uma componente de traçado urbano, no projeto é considerado trinta quilómetros entre Serpins e Alto de S. João, como suburbano, e a partir daí é de integração urbana que se divide em três obras: Alto de S. João – Portagem, Portagem – Coimbra B, e por último, a linha do Hospital

que vai pela baixa de Coimbra, sobe a Avenida Sá da Bandeira, até Celas e, neste momento, de acordo com a configuração que está apresentada irá até ao Hospital Pediátrico. Adiantou que poderia fornecer toda a informação atualizada sobre o processo que recebeu, recentemente, numa reunião de trabalho. Acrescentou ainda que o auto de consignação da empreitada denominada SMM – Troço Portagem – Alto de São João, hoje assinado em Coimbra, irá ser gerido na forma jurídica de Agrupamento de Entidades Adjudicantes – AEA, entre a Infraestruturas de Portugal, S.A., a Empresa Águas do Centro Litoral, S.A., AdCL e a Empresa Águas de Coimbra, E.M., AdC. -----

2 - Ordem do Dia -----

2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 2 de novembro de 2021.-----

Posta à votação de todos os membros do Executivo Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar a ata da Reunião de Câmara realizada no dia dois de novembro do ano de dois mil e vinte e um. -----

2.2 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara:-----

2.2.1 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da proposta de designação dos representantes do município nas assembleias gerais das empresas locais ou em quaisquer outras entidades em que o Município participe.-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria com três abstenções do PSD, aprovar a proposta de designação dos representantes do município nas assembleias gerais das empresas locais ou em quaisquer outras entidades em que o Município participe. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 1 (um)). -----

2.2.2 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da proposta para autorização prévia para repartição de encargos plurianuais relativo à aquisição/fornecimento de energia elétrica (serviços/instalações e iluminação pública) e revogação da deliberação 25.10.2021. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta para autorização prévia para repartição de encargos plurianuais relativo à aquisição/fornecimento de energia elétrica, serviços/instalações e iluminação pública, e revogação da deliberação tomada na reunião realizada no dia vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e vinte e um. Deliberou, ainda, remeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para ratificação. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 2 (dois)). -----

2.2.3 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal que delibere autorizar a abertura do procedimento para a celebração de um contrato de fornecimento de energia elétrica (instalações e iluminação pública), com encargo plurianual, a aprovar as peças do procedimento e revogação da deliberação de 25.10.2021. ----

O Senhor Vereador Alcindo Quaresma solicitou vários esclarecimentos relativamente à listagem apresentada conjuntamente com o pedido de autorização de abertura do procedimento para a celebração de um contrato de fornecimento de energia elétrica, nomeadamente quais os locais e entidades/instituições/associações que a Câmara Municipal tem a seu encargo com a iluminação, a forma como é prestado este apoio. Disse, ainda, que os encargos da autarquia com a questão da iluminação têm vindo a sofrer percentagens muito elevadas em relação a anos anteriores e, no seu entendimento, esta situação não será benéfica para o orçamento da Câmara Municipal, levando a autarquia a ter que tomar medidas de cortes em alguns outros apoios a prestar, a fim de ter capacidade de resposta para este encargo crescente, apesar de ter parceria com a CIM-RC. Por último, perguntou se o Estado Central presta algum apoio, a este nível, uma vez que se trata de um aumento crescente e de grande esforço orçamental para o município e se, por outro lado, estão a ser feitas diligências para tentar suavizar ou minimizar este impacto. -----

O Senhor Presidente deu nota que a listagem que acompanha este processo, por princípio, refere-se às entidades/instituições/associações com as quais a Câmara Municipal tem celebrado protocolos de apoio e tem como base a titularidade do contrato, outras serão da responsabilidade direta da autarquia, não descartando, no entanto, a eventual necessidade de ser feita uma análise com maior acuidade e

rigor à referida listagem. Confirmou que se trata de um Quadro de Apoio com a CIM-RC. Relativamente ao apoio financeiro à autarquia, informou que há uma rubrica para a energia na contraprestação e que tem a ver com a cedência do espaço público para a E-REDES. Trata-se de contratos com uma vigência de vinte anos e que, na maioria dos municípios termina este ano, aguardando-se a sua renovação que, neste momento, está prejudicada com a alteração de executivos e eleições antecipadas. Acrescentou, ainda, que é, efetivamente, um processo muito difícil e um dispêndio financeiro elevado, que existem estudos energéticos, e que a Câmara Municipal tem vindo a implementar algumas medidas de poupança, nomeadamente iluminação Led nos espaços públicos e edifícios municipais, mas ainda assim, não é possível evidenciar os custos e o retorno da poupança. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta autorizar a abertura do procedimento para a celebração de um contrato de fornecimento de energia elétrica, instalações e iluminação pública, com encargo plurianual, a aprovar as peças do procedimento e revogação da deliberação tomada na reunião realizada no dia vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e vinte e um. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 3 (três)). -----

2.2.4 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da proposta de autorização prévia para repartição de encargos plurianuais relativo à aquisição/fornecimento de gás canalizado. -----

O Senhor Vereador Alcindo Quaresma interveio para questionar se existe e qual o montante de comparticipação para o fornecimento de gás. -----

O Senhor Presidente esclareceu que só existe o Acordo Quadro com a CIM-RC que se vindo a ser renegociado desde agosto de 2021, em virtude das entidades convidadas apresentarem preços acima do preço base. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta para autorização prévia para repartição de encargos plurianuais relativo à aquisição/fornecimento de gás canalizado. Deliberou ainda remeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para ratificação. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 4 (quatro)). -----

2.2.5 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da comparticipação financeira no montante global de 30.856,77 € à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), relativo ao Projeto 3: Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 (EEA Grants 2014-2021). --

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a comparticipação financeira no montante global de EUR: 30.856,77 (trinta mil oitocentos e cinquenta e seis euros e setenta e sete cêntimos) à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), relativo ao Projeto 3: Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 (EEA Grants 2014-2021). O valor em causa está cabimentado e comprometido através dos documentos internos nºs 460 e 461 de onze de novembro do ano de dois mil e vinte e um. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 5 (cinco)). -----

2.3 - Proposta do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente:---

2.3.1 - O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal que delibere sobre a proposta de não-aceitação da Transferência de Competências da Ação Social, para 2021, no âmbito do DL 55/2020, de 12 de agosto, e do Despacho 9817-A/2021, de 8 de outubro. -----

A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana interveio dizendo que tendo em consideração que a partir do dia um de abril esta transferência de competências é um facto e tendo em consideração que a Carta Social Municipal é um instrumento estratégico de planeamento da Rede de Serviço dos Equipamentos Sociais, perguntou se a Câmara Municipal já tem esta Carta elaborada. -----

A Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira respondeu que todos estes documentos estão a ser trabalhados no âmbito da CIM-RC, porque vai ser elaborado um documento intermunicipal. Relativamente à transferência de competências, confirmou que em abril será obrigatória, mas por enquanto, e pelos motivos expostos, inclusivamente, apresentados em reunião de Câmara com uma proposta intermédia que seguiu para a descentralização com todos os dados analisados a autarquia tinha tomado a posição de contestar a proposta que foi feita. Veio agora nova proposta com o mapa final de valores com a transferência de um recurso e

de oito mil euros para apoios pontuais, o que não corresponde ao necessário e à realidade.-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de não-aceitação da Transferência de Competências da Ação Social em 2021, no âmbito do Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto e do Despacho 9817-A/2021 de 8 de outubro. Mais deliberou submeter o assunto à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 6 (seis)).-----

2.4 - Proposta do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador João Santos:

2.4.1 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à atleta Lousanense Beatriz Carinhas, que se sagrou Campeã Nacional de Judo na categoria de -40 Kg, no Campeonato Nacional de Juvenis, realizado no dia 6 de novembro de 2021, em Cernache. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento à atleta Lousanense Beatriz Carinhas, que se sagrou Campeã Nacional de Judo na categoria de -40 Kg, no Campeonato Nacional de Juvenis, realizado no dia 6 de novembro de 2021, em Cernache. Este Voto de Reconhecimento é extensivo à Secção de Judo do Montanha Clube e a todos os que de forma direta ou indireta, contribuíram para o excelente resultado alcançado. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 7 (sete)). -----

2.5 - Correspondência:-----

2.5.1 - O Instituto Nacional de Emergência Médica a agradecer toda a colaboração prestada pela Câmara Municipal na cedência do espaço do Aeródromo Municipal da Lousã, bem como a logística associada que permitiu a realização dos cursos de Condução Defensiva no âmbito do Concurso Público TEPH/2021. -----

O Senhor Presidente a dar conhecimento de uma comunicação do Instituto Nacional de Emergência Médica a agradecer toda a colaboração prestada pela Câmara Municipal na cedência do espaço do Aeródromo Municipal da Lousã, bem como a logística associada que permitiu a realização dos cursos de Condução Defensiva no

âmbito do Concurso Público TEPH/2021. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 8 (oito)).-----

Nada mais havendo a tratar às dezasseis horas e vinte cinco minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião de que foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luis Miguel Correia Antunes, e Maria de Fátima Lima Martins, na qualidade de Secretária.-----

O Presidente da Câmara Municipal,


A Secretária,

